



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO DE BRITO GONDIM FILHO

CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL – ANÁLISE DA POSTURA CIENTÍFICA,
REFLEXO DA SUA FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Curso de Ciências Sociais
Campus Viçosa – MG
Junho/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL – ANÁLISE DA POSTURA CIENTÍFICA, REFLEXO
DA SUA FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais,
Universidade Federal de Viçosa, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais.

ORIENTADOR: Prof. Jeferson Boechat

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
JUNHO/2016

**CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL – ANÁLISE DA POSTURA CIENTÍFICA, REFLEXO
DA SUA FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL**

Monografia apresentada pelo estudante **João de Brito Gondim Filho** ao curso de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em ?? de julho de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professor Jeferson Boechat
Departamento de Ciências Sociais – DCS/UFV
Orientador

Professora Daniela Leandro Rezende
Departamento de Ciências Sociais – DCS/UFV
Examinadora

Professor Douglas Mansur de Silva
Departamento de Ciências Sociais – DCS/UFV
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as professoras e professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Jefão, orientador mais paciente e de boa que alguém pode ter, à Daniela Rezende, que só não foi minha coorientadora por questões formais, e ao Douglas, por aceitar integrar a banca. Meus agradecimentos a todas as amigas e amigos que estiveram comigo nesses 7 anos de curso (sendo que o curso pode ser concluído em 4). Não vou citar ninguém porque, com certeza, vou esquecer um ou outro. Mas, claro, não deixando de citar quem esteve ao meu lado nessa reta final todos os dias (literalmente), enchendo o saco, corrigindo tudo de errado e censurando todos os palavrões da monografia. Te amo, Cris.

RESUMO

CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL – ANÁLISE DA POSTURA CIENTÍFICA, REFLEXO DA SUA FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL

As Ciências Sociais surgem como uma ciência positivista, mas vem se atualizando e se modificando até os dias atuais. Apesar da constante transformação, nota-se que as pesquisas provenientes dela possuem características próprias em diferentes meios. No Brasil, o processo de surgimento das Ciências Sociais foi, em primeiro momento, atribuído a obras literárias do final do século XIX e começo de XX. Frente a este quadro, este trabalho objetiva descrever a postura adotada na formação do profissional de Ciências Sociais que muitas vezes não condiz com as exigências do rigor científico, apontando para deficiências no ensino de metodologia, que podem prejudicar desde a interpretação de pesquisas mais tecnicamente elaboradas à implementação de políticas públicas, além da perda de espaço no mercado de trabalho para profissionais de outras áreas.

Palavras-Chaves: *ciências sociais; metodologia; quantitativa; qualitativa*

Abstract

Social Science appears as a positivist science, but up to the present day it has been going through changes and updates. In spite of the constant transformation, it is evident that researches coming from Social Science have their particular characteristics in different means. In Brazil, the emergence process of Social Science was, at first, attributed to literary works of the late nineteenth and early twentieth centuries. In light of this scenario, this paper aims to describe the approach adopted in the preparation of Social Science professionals, which often does not meet the requirements of scientific rigor, pointing to flaws in methodology teaching, which may harm the interpretation of more technically elaborated researches, affect the implementation of public policies, and cause the possible loss of opportunities in the job market to specialists from other areas.

Keywords: social science; methodology; Quantitative; Qualitative

LISTA DE SIGLAS

AJS – American Journal of Sociology
APSR – American Political Science Review
ASA – American Sociology Association
ASESP – Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo
ASR – American Sociology Review
BPSR – Brazilian Political Science Review
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras
RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais
SF – Social Forces

Universidades citadas:

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
USP – Universidade de São Paulo
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UNB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade de Campinas
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IUPERJ/UCAM – Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro/Universidade Candido de Melo

SUMÁRIO

1. Introdução.....	2
2. Primeiros passos das Ciências Sociais no Brasil.....	3
3. Situação atual.....	10
4. Comparação entre publicações nacionais e internacionais.....	13
5. Breve comentário sobre o ensino metodológico nas pós-graduações.....	18
6. Quadro profissional.....	21
7. Conclusão.....	26
8. Referências Bibliográficas.....	29

1. Introdução

O presente trabalho tem como proposta a análise do amadurecimento das Ciências Sociais no contexto brasileiro; quais foram as tentativas de institucionalização da disciplina; quais autores defendiam um rigor metodológico que atendesse os pré-requisitos científicos vigentes e quais foram as instituições pioneiras num contexto em que literatura era considerada sociologia.

A partir de um levantamento bibliográfico, que vai desde uma contextualização histórica da disciplina no país até a situação atual da profissão de Cientista Social, compararei técnicas de pesquisa aplicadas e divulgadas em revistas internacionais de ciências sociais de renome com as técnicas das ciências sociais brasileira com o intuito de compreender a “crise” da profissão no Brasil.

Glauccio Soares, Ignacio Cano, Schwartzman, entre outros autores, afirmam que a profissão de sociólogo é mal assumida em nosso país, que os postos são ocupados por profissionais que valorizam excessivamente o campo teórico em detrimento dos valores científicos. Outros, na contramão desse pensamento, dirão que o problema reside justamente na valoração da secura de dados e frieza de números.

Que fique claro que este trabalho não buscará valorizar uma abordagem metodológica mais do que a outra, mas questionar o fato de um paradigma metodológico ser colocado muito mais em prática sendo que há complementaridade entre ambas as orientações. O que entrará em questão é o fato de criarmos uma falsa impressão de que orientações quantitativas e qualitativas são mutuamente exclusivas. Esse trabalho propõe, não uma visão positivista ou “Hard” do nosso papel enquanto Cientistas, mas, sim, uma perspectiva equilibrada que valoriza ambas as vertentes e acredita que não há ciência plena sem a utilização balanceada das duas metodologias.

2. Primeiros passos das ciências sociais no Brasil

O período científico das Ciências Sociais teve início na década de 1930. Três fases fizeram parte do crescimento dessa disciplina no Brasil. Segundo Fernando de Azevedo, essas três fases são categorizadas da seguinte maneira: A primeira fase, em que as obras são consideradas – e isso não tira seu valor – literárias e históricas, se estendeu da segunda metade do século XIX até 1930; A segunda fase, que se caracteriza pela introdução do ensino da sociologia nas escolas brasileiras, durou de 1928 até 1935; e, após 1935, inicia-se a tentativa de se associar ensino e pesquisa dentro das universidades no país.(MICELI, 2012)

Até 1930 o que se tinha no país era a “sociologia do ponto de vista”. Como observa Antônio Cândido (apud MICELI, 2001, p. 225), ela constituía uma influência dominante da literatura brasileira. Trazia consigo aquele

[...] gênero misto de ensaio, construído na junção da história com a economia, a filosofia ou arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil e à qual devemos a pouco literária História da literatura brasileira, de Silvio Romero; Os Sertões, de Euclides da Cunha; Populações Meridionais do Brasil, de Oliveira Vianna; a obra de Gilberto Freire e as Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda.

Havia outra via intelectual a se seguir. Não uma via substituta, mas, sim, uma via alternativa por onde produções intelectuais pudessem ser elaboradas sob as exigências objetivas e rigorosas da ciência. E foi o que ocorreu da década de 1930 no Brasil. A sociologia, do posto de ensaísta, vislumbrou a possibilidade acadêmica, com aspiração à ciência. (MICELI, 2001, p.225)

Segundo Florestan (apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p. 203), tanto a “transformação da análise histórico-sociológica em investigação positiva, como a introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático de trabalho” situam essa fase importante vivida pelas Ciências Sociais no Brasil. A transformação dessa disciplina em algo propriamente científico possui imensa importância para a validação da produção científica dentro da sociologia. Nas palavras de Danilo Torini (2012, p.40)

O cientista social, segundo Fernandes, não deveria necessariamente lealdade a qualquer sistema de interesses e/ou valores nacionais e só poderia colocar sua ciência a serviço de uma causa ou comunidade se antes observasse rigorosamente os requisitos do saber científico. Caso contrário, diferentemente do que defendia Ramos, correria o risco de produzir uma “pseudociência” (FERNANDES, 1977, 67-9). Nesse sentido, seria

fundamental que o cientista social sempre considerasse os padrões e conhecimentos já produzidos no campo científico (nacional e internacional), com a condição de que mantivesse “a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social” (FERNANDES, 1977: 70)

A institucionalização da pesquisa revelou-se tarefa complexa, para a qual quase nunca era possível encontrar pessoal capacitado. Como observou Costa Pinto (apud Micelli, 2001, p. 228), “uma geração de autodidatas preparou e lançou as bases da futura organização do ensino superior das ciências sociais”. Na verdade, os fundadores da sociologia acadêmica não possuíam a experiência em pesquisa indispensável à transformação das Ciências Sociais em disciplina com pretensão à ciência.

Apesar da insubstituível contribuição dos pensadores que antecederam essa fase científica, é importante ressaltar que, quando vinga uma preocupação com o rigor metodológico no país, nossa produção sociológica estava excessivamente comprometida com assuntos e preocupações morais, filosóficas, jurídicas ou programáticas, e devendo muito quando se tratava de uma lógica científica e metodológica, afirma Ianni (apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p.204). Era necessário que a percepção e a organização de novos tipos de conhecimento se estruturassem de uma maneira menos ensaística ou literária. Antônio Cândido (apud MICELI, 2001, p.225) enfatiza o papel do movimento modernista e o impacto de seu esforço por adequar a produção literária “às novas exigências da sensibilidade e do conhecimento”.

A questão era: existia no país uma camada com densidade intelectual suficiente para construir um campo de conhecimento com alguma complexidade institucional ou o que eles denominavam de *intelligentsia*? Havia carência de pessoal suficientemente formado em bases metodológicas rigorosas que propiciasse a criação de **instituições modernas** abertas ao espírito de renovação e de pesquisa. Instituições capazes de tirá-las do isolamento, de difundir sua mensagem e de **criar um mercado** não necessariamente no sentido econômico do termo, mas, também, no sentido de um lugar onde se intercambiam ideias (MARTINS, 1987, apud MICELI, 2001, p.226).

Já na década de 40, sociólogos Uspianos surgem com uma **emergência científica** e buscam enquadrar o estudo da sociologia dentro de um molde que Florestan Fernandes (apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p. 204) define como “**normas, valores e ideias do saber científico**”. Era necessária uma ruptura com o senso comum que validasse o esforço de quem se sujeitasse ao árduo trabalho de análise das estruturas sociais. Iniciava-se ali o necessário distanciamento com o discurso de jornalistas, juristas, críticos literários, artistas que, de ciência, não possuíam nada.

Os problemas da realidade nacional necessitavam dessa institucionalização que, além de reforçar o ensino acadêmico, criava mercado específico para aquela pessoa formada em Ciências Sociais. Abria-se espaço para um novo tipo de elite Científica, fundamental para o estudo social.

O trecho é esclarecedor. Quando se pensa na formação de novos “funcionários técnicos” que “concorram para aumentar a competências das nossas administrações”, pensa-se ao mesmo tempo na produção do conhecimento científico sobre a “realidade nacional” que permita a intervenção desse corpo de profissionais capacitados. **É necessário conhecer, de fato, essa realidade para afastar uma ação baseada em conjecturas de ordem muito geral e quase sempre falsas**. É preciso que o estado possua os “**dados objetivos**” para que desempenhe com eficiência as atividades cada vez maiores a que é chamado. (MICELI, 2001, p. 260).

Um exemplo dessa **elite científica** se responsabilizando por tentar compreender e criar soluções para problemas reais do país foi o vínculo bem sucedido de pesquisa empírica com finalidades intervencionistas entre a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e o Departamento de cultura de São Paulo. A ponte criada entre as duas instituições permitiu o melhoramento de políticas incipientes e mal definidas gestadas no Departamento de Cultura. (MICELI, 2001, p. 261).

Foi por iniciativa de **Sérgio Milliet**¹ que o Departamento de Cultura e a ELSP iniciaram uma série de pesquisas com o objetivo de compreender a **configuração social** da cidade de São Paulo. O objetivo era propor soluções para os problemas identificados

¹ Sérgio Milliet da Costa e Silva (São Paulo SP, 1898 - 1966) foi um escritor, pintor, poeta, ensaísta, crítico de arte e de literatura, sociólogo e tradutor brasileiro. Foi também diretor de biblioteca, tendo dirigido a Biblioteca Mário de Andrade. Fez os estudos primários e secundários em São Paulo e, em 1912, iniciou o curso de Ciências Econômicas e Sociais na Escola de Comércio de Genebra, concluído na Universidade de Berna (Suíça). Entre 1935 e 1938 participou na elaboração do projeto do Departamento de Cultura da Prefeitura. Nomeado chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, reformulou a Revista do Arquivo Municipal.

empiricamente. De acordo com as observações de Fábio Prado (apud BARBATO, 2004, p.60), essas pesquisas empíricas constituíam uma base que substituiria as “soluções adivinhadas que eram propostas a partir de apalpadelas dos problemas da cidade”. “Problemas esses muitas vezes fáceis de resolver com dados estatísticos racionalmente organizados”. Por tais motivos é que a ELSP assumia um papel claramente intervencionista, conforme assinala Limongi (1989, apud BARBATO, 2004, p. 61):

Esses vínculos, sem dúvida, são de fundamental importância para compreender as relações íntimas entre a ELSP e o Departamento de Cultura, relações estas que estão na origem de algumas das primeiras pesquisas empíricas realizadas por professores e alunos da ELSP que tomam por objeto de estudo a cidade de São Paulo e as incipientes e mal definidas políticas reformistas gestadas no Departamento de Cultura. Confirma-se, assim, a característica marcante da ELSP notada acima, qual seja, a sua preocupação com a pesquisa empírica com finalidades intervencionistas.

As finalidades intervencionistas de que fala o autor constituem parte integrante dos objetivos centrais da ELSP de criar uma elite intelectual capaz de sanar a falta de quadros administrativos da coisa pública, ou seja, “formar funcionários técnicos que, seguindo a carreira administrativa, tanto pública como particular, se envolvessem de forma mais pragmática com os problemas sociais” (MICELI, 2001, p. 260).

Apesar dessa quebra com trabalhos que se baseiam em senso comum, literatura e opiniões próprias, o modelo de Ciências Sociais profissional, dedicados às pesquisas empíricas, não encontrou nos outros centros de ensino do país o mesmo impulso notado na ELSP. Boa parte dos centros de docência se alimentava de preocupações de cunho teórico e especulativo. (MICELI, 2001, p257). Santos (apud BARIANI; SEGATTO, 2010) afirma que essa abordagem é feita por autores de reconhecimento que possuem obras de valor significativo dentro do contexto nacional.

Citando e adaptando a afirmação de Sérgio Miceli (2001) a respeito da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL), a formação recebida e as preocupações dos centros de ensino de Ciências Sociais no país "eram, digamos assim, mais “filosóficos” e voltados para as reflexões teóricas e gerais. O conhecimento se transmitia e era adquirido por intermédio de cátedra e das leituras.”

A ELSP, com seu empiricismo e intervencionismo, encontra-se nos antípodas da FFCL e do restante dos centros de ensino do país. As pesquisas não revelam se houve inspiração direta do modelo americano. Mais importante é ressaltar o “casamento” harmonioso entre os fins pretendidos pela ELSP e os profissionais que contrata. (MICELI, 2001, p. 263)

O dedutivismo, alimentado pelos “grandes traços do caráter nacional”, passa a ser questionado enquanto método de análise social, o que permite o reconhecimento das técnicas de base empírica e indutivas como ferramentas importantes dentro de comunidades científicas (LEITE, 1969, apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p. 206). Os “ensaístas” e “explicadores” do Brasil (MOTA, 1980, apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p.206) primariam pela atitude de lassidão metodológica e pela falta de um rigoroso “**padrão do trabalho científico**” (FERNANDES, 1958, apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p.206),

aproximando-se mais da literatura, da filosofia social e da justificação política que das exigências da ciência. Daí a ânsia de um distanciamento com relação aos valores (sociais, políticos, culturais, etc.) e, até mesmo, a pretensão de erigir a própria ciência em valor universal. (BARIANI; SEGATTO, 2010, p. 206)

Por mais que essa metamorfose estivesse ocorrendo de forma pontual em São Paulo, o conhecimento, a partir daquele momento, passou a ser medido por indicadores quantitativos. A produção de ensaios que era grande foi substituída por relatórios de pesquisa e papers que prezavam pelo ranqueamento, competitividade e pelo utilitarismo de valor instrumental. Com isso, é deixada de lado a produção de material não científico baseado na **historicidade do social**. O reconhecimento desse trabalho se concretiza a partir do momento em que cientistas sociais passam a fazer parte dos círculos que envolvem questões governamentais, como *policy makers*. (IANNI, 1986, apud BARIANI; SEGATTO, 2010, p.207).

O grande diferencial que a ELSP possuía era treinamento com ênfase em pesquisa na sua Pós graduação, o que servia como atrativo dos alunos formados na FFCL. A criação dessa pós graduação foi iniciativa de Donald Pierson, junto aos doutores Herbert Baldus e Emílio Willems (alemães)², em 1941, o que deu um contorno mais academicista ao projeto.

² Donald Pierson, Herbert Baldus e Emílio Willems foram professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Elsop) nos anos de 1940. Na pós-graduação criada em 1941, por exemplo, Pierson ministrou o curso Pesquisas Sociais na Comunidade Paulista e Willems, que era também professor da USP, deu o curso de

Apesar de citar os clássicos como representantes da filosofia social (Platão, Kant, entre outros), Pierson (apud MICELI, 2001, p. 265) afirmava que eles não poderiam ser enquadrados como cientistas, pois seus conhecimentos não se baseavam em formulações e hipóteses submetidas deliberadamente à verificação no mundo real, mas somente no mundo das ideias: não eram sujeitos à verificação, modificação, ou abandono à luz da pesquisa.

O cientista parte da “investigação rigorosa e cuidadosa, em inquérito sistemático e contínuo, em pesquisa penetrante e completa”, de tal forma que possua “um corpo suficiente de fatos concretos” que constitua “base firme para a generalização”. Este é o ponto: enquanto a filosofia lida principalmente “com ideias e suas relações, em ciência, lidamos principalmente com coisas”, afirma Pierson (apud MICELI, 2001, p. 265). Todo conhecimento anterior é considerado pré-científico, o que no Brasil aparece, muitas vezes, denominado por ensaísmo impressionista (Fernandes, apud Miceli)

Tal contribuição passa pela ênfase na realização de pesquisas empíricas como o atributo a **definir o sociólogo enquanto um profissional**. Nestes termos, a passagem, ou mesmo a proximidade, da pós graduação da ELSP foi fundamental para definir os rumos profissionais da primeira geração de cientistas sociais formados pela USP. (MICELI, 2001, p. 271)

Levando em conta o entre fases que passou as Ciências Sociais e todo esse processo de renovação do âmbito sociológico, era inevitável que o cientista profissional dominasse a cena, relegando o bacharel, o autodidata, e o outsider (institucional ou não) ao terreno da literatura e da propaganda, do ensaísmo, do impressionismo (BARIANI; SEGATTO, 2010, p.207)

A depender do ponto de vista (ideológico ou científico), mas levando em consideração o posicionamento científico, os precursores e pioneiros dessa nova institucionalização retrocederam quanto à forma de se elaborar trabalhos intelectuais. Voltam-se novamente para a produção engajada e ideológica de ensaios literários com pretensão de interpretação social. Nas palavras de Bariani e Segatto (2010, p. 209):

Assimilação e Aculturação no Brasil Meridional. O trabalho de Donald Pierson sobre Cruz das Almas e o de Emílio Willems sobre Cunha são as matrizes do que se constitui como estudos de comunidade, ambos concentrados no entendimento da pequena propriedade rural e na presença dos imigrantes naquela aérea. (OLIVEIRA, 2006, p.99)

os precursores e pioneiros voltam-se para a valorização de antigas formas de elaboração intelectual consideradas superadas, ou seja, o “ensaísmo”, a produção engajada ou “ideológica” e formas “literárias” de interpretação social. Na nova situação, voltam a valorizar a imaginação sociológica, o artesanato intelectual, a forma do ensaio, a intervenção política etc. Nesse sentido, vale lembrar casos extremos como o de Floresta (1978, p7) que, num ensaio sobre Lênin, recorre ao marxismo leninismo como referência teórica. Octavio Ianni, estudioso da mesma linhagem, afirma: “Penso que certos elementos da realidade brasileira ressoam de maneira mais forte, mais verossímil e mais convincente num livro de ficção do que em alguns trabalhos de sociólogos (IANNI, 1998, p. 198).

Considerando todo esse cenário acima citado, cabe aqui uma analogia simples, mas pertinente. O futebol, desde a sua criação, sempre se preocupou, como em qualquer outro tipo de competição, com o êxito, a vitória, o reconhecimento e a conquista de campeonatos. O objetivo, no fim das contas, é o ponto mais alto do pódio. O troféu ou conquista de um título dentro dos campos será sempre o foco por trás de todo e qualquer esforço feito por um time. O show, o espetáculo dentro de campo, a firula, o improviso feito pelo craque sempre foram características que geravam e geram atrativo ao público. Porém, se analisarmos esse desporto com leve superficialidade, notaremos que o que gera retorno, renda, patrocínio, torcida enchendo os estádios, não é a “mágica” do drible ou o recurso tirado da manga pelo camisa 10 do time, mas, sim, ainda mais hoje em dia, a objetividade da equipe e sua eficiência em atingir resultados positivos. Por mais injusto que o futebol possa parecer em determinadas situações em que a zebra se faça presente, a qualidade da objetividade de uma equipe, no fim das contas, contribui bastante para o êxito do time.

E o que se quer dizer com isso? Firulas, dribles espetaculares, jogadas desconcertantes são, sim, qualidades que agradam e chamam atenção, mas elas, por si só, não vencem jogo e, muito menos, campeonatos. Elas servem apenas – e não mais que apenas - para agregar valor ao espetáculo. Não são capazes de, individualmente, resolver as disputas de uma maneira regular e significativa. Dentro das Ciências Sociais não é diferente. De que adianta um discurso empastado, cheio de “firulas” e sacadas desconcertantes se não existe objetividade técnica científica no que se está sendo dito. A propriedade está apenas no saber falar e no saber escrever de forma rebuscada e ensaística. Poder de convencimento, por si só, não significa elaboração de medidas eficazes e construção de conhecimento ou resultados eficientes. Significam apenas discursos belos que equivalem aos inúmeros dribles no meio de

campo seguido do contra ataque do time adversário resultante em gol. Como disse **Otávio Guilherme Velho** em *Processos Sociais no Brasil pós 64*: “*escrever ‘complicado’ deixou de marcar ponto*”.

O gol, os três pontos alcançados ao fim da partida, as vitórias, mesmo que inexpressivas, mas regulares, são, no mundo das Ciências Sociais, o recurso idealmente distribuído, a política pública eficazmente implementada ou a elaboração de trabalhos acadêmicos de cunho verdadeiramente científicos que façam jus ao nome do curso que possui a palavra Ciências na sua composição.

3. Situação atual

A Ciência Política no Brasil enfrenta, em relação à produção científica internacional, um período confuso. Há uma hostilidade considerável em relação à produção de pesquisa que se apóia em técnicas quantitativas. Porém, além dessa falta de aceitação pouco fundamentada quanto aos métodos quantitativos, seu lugar não foi devidamente substituído por métodos qualitativos rigorosos, e sim por uma produção ensaística pobre proveniente de profissionais trabalhados mais na erudição e menos na empiria (SOARES, 2005).

Infelizmente, o quadro no Brasil tende à exclusão dos trabalhos quantitativos, como demonstraram pesquisadores tais como Nelson do Valle Silva, Werneck Vianna, Fábio Wanderley e outros. Os dados coletados por esses pesquisadores refletem uma exclusão quase completa de trabalhos com orientação quantitativa na área das ciências sociais. Uma coisa é ter entre 20% e 40% de trabalhos dedicados às orientações minoritárias, como é o caso das publicações estrangeiras; outra, muito diferente, caso do exemplo brasileiro, é ter apenas 3% (Soares, 2005).

O termo ‘positivista’ é quase que estritamente utilizado como insulto metodológico do que como descrição de uma corrente epistemológica real. Diferente do proposto por comunidades de pesquisadores estrangeiros, a visão metodológica majoritária brasileira tende a ver a pesquisa mais como uma arte do que como um empreendimento sujeito a critérios de validação objetivos e rigorosos (CANO, 2012).

Com base nesses pressupostos, a intenção é fazer uma reflexão fundamentada a respeito do que exige pesquisa quantitativa; pra que lado as Ciências Sociais caminham no Brasil e quais as consequências de uma formação que negligencia excessivamente o rigor metodológico indispensável ao processo de fazer ciência. E, aqui, deve-se ficar claro que o rigor não sendo apenas característica de trabalhos com caráter quantitativo, mas como parte importante de trabalhos com traços qualitativos também.

Qual a importância de se repensar nossa condição enquanto cientistas sociais? Rever nossa postura metodológica é essencial para que possamos, dentre vários outros fatores, como organização profissional, tomarmos o espaço que é nosso e que não fazemos jus. O cenário atual permite que profissionais de outras áreas, como os economistas e estatísticos, acabem ocupando, na prática, o espaço abandonado pelos cientistas sociais.

O fato de não sermos lidos - e essa é uma hipótese que não irei provar - em revistas de grande nome tem um significado muito grande. A produção científica brasileira, pelo menos na área de Ciências Sociais, não se importam ou não conseguem publicar em revistas de maior expressão, o que é algo relevante e que deve ser considerado, já que boa parte dos problemas nacionais, quando solucionados, não são resolvidos por nós, cientistas sociais. *“São relativamente poucos os cientistas políticos e sociais brasileiros que pesquisam, e muitos dos que o fazem não ultrapassam a barreira das exigências metodológicas das publicações mais influentes”*. (SOARES, 2005, p.47) Como diz o jargão científico, o nosso *“impact factor”* é baixíssimo. Aparentemente, ficamos pra trás quanto aos países desenvolvidos. Enquanto discutimos se usamos ou não métodos quantitativos, eles já estão à frente. Discutem formas de aperfeiçoar o que insistimos em abrir mão. Essa falta de habilidade metodológica nos afasta de pesquisas produzidas lá fora. Refugiamo-nos e nos atentamos somente àquilo que compreendemos: o ensaísmo dito qualitativo. Não produzimos e, além disso, não compreendemos produções metodologicamente elaboradas (SOARES, 2005).

Gerar repercussão próxima de zero enquanto pesquisadores tem seu impacto dentro do Brasil. Se não somos capazes de gerar interesse enquanto material científico, nossa visão da realidade não deve ser capaz de dissolver problemas que são maiores do que o fato de não sermos publicados na *American Political Science Review* (APSR). Não ganhar espaço em revistas de renome é um detalhe que aponta nossa deficiência enquanto pesquisadores. Nossa

irrelevância lá fora é um termômetro que indica uma inabilidade em resolver problemas que cabem a nós, e somente a nós, cientistas sociais, resolvermos.

Devemos ter ciência de que “achismo” não contribui para solução de problemas reais e latentes, e sim pesquisas rigorosas encabeçadas por pessoas comprometidas com a empiria, focadas nas necessidades de um país que carece de apontamentos concretos quanto a sua realidade complexa. Assim, a Ciência Política no Brasil se encontra numa encruzilhada: ou pesquisa e contribui para solucionar ou minorar os problemas do país, ou continua a não pesquisar e a se dedicar à discussão sem fim e nada criativa das teorias geradas em países industriais (SOARES, 2005, p.42).

Segundo Valle Silva apud Soares (2005), os trabalhos publicados entre 1986 e 1999 na Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) totalizam 308 artigos, aproximadamente. Desse número 85%, não possuíam qualquer quantificação; 13% tinham, apenas, distribuições de frequências, e somente oito artigos, menos de 3%, tinham alguma análise.

A identificação dos autores dos oito artigos que apresentam alguma análise quantitativa propriamente dita também é bastante elucidativa (...) todos os autores, com exceção de Cláudio Beato (que fez doutorado no Iuperj), ou fizeram alguma pós-graduação nos Estados Unidos ou são professores de universidades norte-americanas. (*idem*)

Já outro levantamento feito por Gláucio Soares (2005), que desconfiava de um resultado enviesado da pesquisa feita por Valle Silva, mostrou que, dos 39 artigos publicados na revista Opinião Pública (não especifica o recorte temporal), 28 (72%) usaram, pelo menos, percentagens; 74% apresentaram informação usando alguma forma tabular; 28% usaram gráficos; 20% usaram algum tipo de análise estatística simples (correlações bivariadas, etc.) e dez autores (26%) usaram análises mais complexas. Porém, dos autores que utilizaram análises mais complexas, nove eram estrangeiros ou tinham sua carreira estruturada fora do Brasil. O que acusa a ausência de níveis de sofisticação quantitativa na produção de artigos por brasileiros.

Diferente do que possa parecer, esses números não são otimistas. Se considerarmos que a Opinião Pública é uma das revistas com maior vocação quantitativa do país e, mesmo assim, em seu repertório de publicações 46% representam artigos de cunho metodológico quantitativo, o restante das publicações quantitativas em outras revistas é ínfimo. Como

aponta Werneck Vianna (1998) em estudo realizado em 1998, das 411 teses de doutorado defendidas entre 1990 e 1997, ele concluiu que apenas 3% utilizaram métodos quantitativos. “Na USP, instituição com forte tradição teórica, mas, até recentemente, notória debilidade na área quantitativa, duas das 145 teses (pouco mais de 1% do total) tinham caráter quantitativo.”

A sociologia, talvez mais que a ciência política, abraçou uma perspectiva “qualitativa”, mas muitos trabalhos ditos qualitativos são, apenas, trabalhos não-quantitativos. Muitos se esquecem que há métodos qualitativos rigorosos, e confundem ensaísmo com trabalhos que usam métodos qualitativos. Deixaram o rigor que deve existir na antropologia e a tradição de pesquisa de campo na ilusão de que, não sendo quantitativos, seus trabalhos seriam antropológicos (Soares, 2005, p.29).

E isso tem uma influência direta no processo de institucionalização da profissão de Cientista Social. O papel do pesquisador acadêmico é importante, mas tem-se que se pensar, também, no mercado de trabalho. A institucionalização significa, basicamente, a criação de uma comunidade que faz pesquisa, pós-graduação. Temos que pensar a institucionalização para além da academia, e, para isso, formação metodológica é fundamental. Como trataremos de políticas públicas sem um repertório quantitativo e qualitativo de qualidade?

4. Comparação entre publicações nacionais e internacionais

Levando em conta que a pesquisa realizada por Nelson do Valle Silva, Werneck Vianna, Fábio Wanderley publicada em 1998, e que por isso esteja desatualizada, outros diagnósticos serão considerados nessa parte do texto. Se compararmos o teor metodológico dos artigos publicados por revistas de ciência política norte americanas e brasileiras, perceberemos que os números quanto à utilização de técnicas quantitativas são semelhantes. Numa pesquisa feita pelo professor Jairo Nicolau (2013), da UFRJ, que analisou a produção científica brasileira em três das principais revistas acadêmicas da área (publicações melhor avaliadas pelo sistema Qualis da CAPES – RBCS, Opinião Pública e Brazilian Political Science Review - BPSR), entre os anos de 1986 e 2012, constatou que 70,6% das publicações tinham orientação empírica quantitativa, 24% orientação empírica não quantitativa e 4,7% orientação teórica (Gráfico 1).

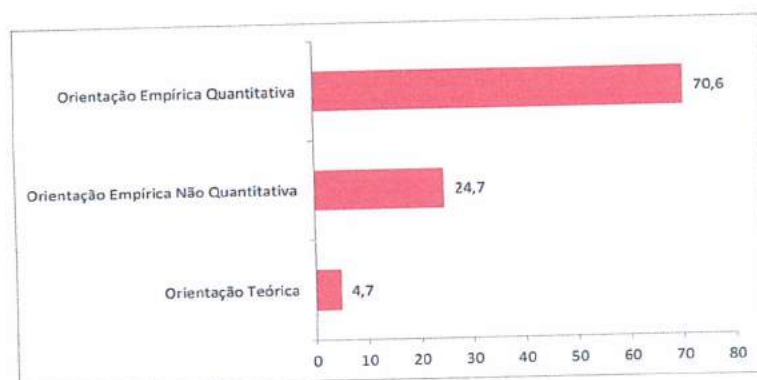


Gráfico 1 – Orientação metodológica de 359 artigos publicados na RBCS, Opinião Pública e BPSR no período de 1986 a 2012

Fonte: NICOLAU; OLIVEIRA, 2013, p.17

Apesar de esses números contradizerem o argumento inicial, percebe-se que, ainda na pesquisa de Jairo Nicolau, as publicações que ele analisa com orientação quantitativa são compostas, em sua grande maioria, por estatísticas descritivas, ou seja, pela linha mais simples das análises estatísticas (Média, moda, variância, mediana, tabelas, gráficos), enquanto apenas 16,8% são compostas por técnicas de regressão e 9,1% por estatística multivariada, sendo que essas pesquisas são aplicadas de forma considerável (o que se é de esperar) nas temáticas “Instituições públicas”, “comportamento político” e “eleições”, áreas essas que naturalmente orbitam sobre questões que demandem um instrumental metodológico quantitativo mínimo. “Estrutura social” e “políticas públicas” ficam apenas com uma fatia de 16% do material publicado.

Dessa forma, ainda que o material produzido nas revistas mais importantes de ciência política brasileira tenham um teor quantitativo, as publicações e estudos levantados se restringem, quase que exclusivamente, a temas que invariavelmente lidam com números, gráficos, percentuais, médias, etc. As áreas de políticas públicas e estrutura social (**gráfico 2**) ficam à margem das análises e levantamentos feitos pelos cientistas políticos (16%), restando ao sociólogo o trabalho que ele é tecnicamente incapaz de gerenciar.

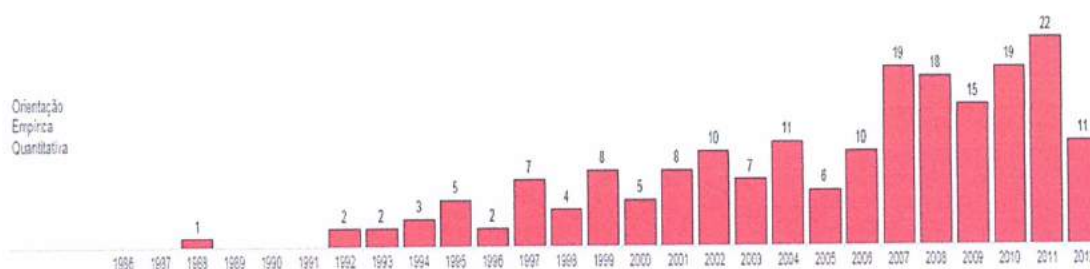


Gráfico 3 – Evolução da pesquisa quantitativa na RBCS, Opinião Pública e BPSR no período de 1986 a 2012

Fonte: NICOLAU; OLIVEIRA, 2013, p.15

Já em um levantamento feito pelo professor Wim Vijverberg (1997), a respeito da produção de revistas especializadas em economia, administração, ciência política e sociologia demonstra o seguinte: As revistas *American Journal of Sociology*, *American Sociology Review* e *Social Forces* (Tabela 2), 39,1 (AJS), 20,7 (ASR) e 19,7 (SF) por cento dos artigos não apresentam análises estatísticas. Mais de metade, em cada um dos três jornais, apresentam estatísticas simples e 8,7, 15,5 e 19,7 por cento, respectivamente, usam métodos quantitativos avançados, enquanto 21,7, 37,9 e 37,7 por cento, respectivamente, apresentam análise estatística baseada em modelos de regressão multivariada. A utilização dos métodos quantitativos na análise de fenômenos sociais nos três jornais é uma realidade na maioria dos artigos. (FONSECA, 2008)

Tabela 1 Resultados de Vijverberg

Journal name	Números analisados	Número de artigos	Sem análise estatística	Estatística simples	Estatísticas avançadas	Regressão multivariada
Economics						
American Economic Review	85:1 – 85:5	89	43,8	33,7	1,1	33,7
Journal of Political Economy	103:1 – 103:6	50	46,0	32,0	8,0	28,0
Review of Economics and Statistics	77:1 – 77:4	60	3,3	45,0	16,7	38,3
Political Science						
American Journal of Political Science	39:1 – 39:4	46	2,2	60,9	21,7	54,3
American Political Science Review	89:1 – 89:4	50	54,0	30,0	2,0	22,0
Journal of Politics	57:1 – 57:4	54	14,8	57,4	16,7	31,5
Public Administration						
Journal of public Administration, Research, and	5:1 – 5:4	19	42,1	36,8	10,5	26,3
Public Administration Review	55:1 – 55:6	50	66,0	30,0	4,0	4,0
Sociology						
American Journal of Sociology	100:4 – 100:3	46	39,1	52,2	8,7	21,7
American Sociological Review	60:1 – 60:6	58	20,7	58,6	15,5	37,9
Social Forces	73:3 – 74:2	61	19,7	68,9	19,7	37,7
Interdisciplinary Journals						
Journal of Policy Analysis and Management	14:1 – 14:4	30	46,7	40,0	0,0	20,0
Social Science Quarterly	76:1 -76:4	74	25,4	47,8	9,0	43,3
Economic Development and Cultural Change	43:2 – 44:1	34	14,7	70,6	2,9	44,1

Fonte: Vijverberg (1997)

Tabela 2 - Resultados de Vijverberg

Fonte: FONSECA, 2008, p.7

Mesmo sendo uma afirmação apressada, a bibliometria das revistas brasileiras de sociologia é inexistente, o que se supõe, baseado nas poucas evidências disponíveis a respeito do tema, que a produção sociológica nacional é pobre quanto ao rigor metodológico.

A investigação é um processo produtivo que nem sempre pode ser direcionado, pelo que mais cedo ou mais tarde surgirá uma questão importante que será melhor respondida mediante análise estatística. [...] Ainda que uma significativa proporção de funções disponíveis no mercado de trabalho na área de ciências sociais não exijam competências de métodos quantitativos, um licenciado que escolha não desenvolver essas competências coloca-se logo em significativa desvantagem. (VIJVERBERG, 1997, apud FONSECA, 2008, p. 5).

Apesar de demonstrar um número elevado de pesquisas com orientação quantitativa (Ciência Política), o quadro geral denuncia a ausência dessa formação mais técnica dentro das Ciências Sociais. Esse quadro é, sem dúvida, um reflexo da nossa formação, tanto no processo de graduação, quanto no processo de pós-graduação. Se analisarmos as ementas dos cursos de Ciências Sociais nas universidades consideradas mais importantes do país, perceberemos que a importância dada à formação dos alunos deixa muito a desejar no quesito metodológico. Por teor metodológico, entende-se desenvolvimento das duas orientações, quantitativa e qualitativa.

A primeira constatação é que as ciências sociais brasileiras privilegiam a teoria em detrimento da pesquisa, promovendo um conhecimento antes erudito do que técnico. Em muitas universidades, os departamentos de ciências sociais ainda estão atrelados a Centros de Filosofia ou de Letras, frisando a origem comum desses saberes e distanciando as ciências sociais de conteúdos considerados mais técnicos, como a economia, apesar de esta última poder ser considerada, plenamente, uma ciência social. De fato, o tipo ideal de cientista social erudito que parece ser promovido em alguns círculos, caracterizado pela sua habilidade para citar autores e sua brilhante oratória muito mais do que pela sua capacidade de fundamentar empiricamente suas afirmações, não parece muito distante do estilo do ensino no direito ou na filosofia. É o argumento, e não o dado, que faz a diferença (CANO, 2012, p. 112).

Se comparada com o estudo feito no campo político, a Ciência Política brasileira, apesar do que os autores acima afirmam, consegue se distinguir do material produzido no campo sociológico, que se apresenta como detentor de uma fraqueza prejudicial para os

campos de estudo e para o próprio sociólogo, que perde espaço por não saber lidar com ferramentas técnicas de pesquisa.

Esses dados mostram um cenário inquietante sobre o ensino e a prática da disciplina brasileira. Em trabalho anterior sobre o ensino de ciência política, mostramos que em dois dos principais programas de pós-graduação em ciência política do país – IUPERJ e USP – o ensino de métodos de pesquisa, seja quantitativos ou qualitativos, tem uma inexpressiva participação. Por outro lado, o ensino de temas relacionados à teoria política e ao pensamento político prevalecia na formação dos futuros profissionais da disciplina (OLIVEIRA e NICOLAU, 2012, p.15).

5. Breve comentário sobre o ensino metodológico nas pós-graduações

Aquilo que Gláucio Soares (2005) chamou de “calcanhar metodológico” é o reflexo de uma má constituição embrionária que, mais tarde, é agravada por um desenvolvimento caquético de pesquisadores que se deparam com instituições que oferecem uma formação deficiente na produção científica. Apesar disso, há alguns anos tem-se observado a tentativa de reestruturação das instituições de ensino de Ciências Sociais quanto ao seu teor metodológico. Essa preocupação é existente, por isso, reformas em seus currículos foram elaborados para corrigir as falhas históricas que têm sido apontadas na formação de alunos em relação aos métodos e técnicas de pesquisa científica, sobretudo os quantitativos (BARBOZA, 2004)

Tanto Gláucio Soares(2005) quanto Reis (1996) acreditam que a “pobreza da formação teórico-metodológica que recebem correntemente nossos cientistas sociais” (REIS 1996, p. 94) seja uma das causas que não permitem as Ciências Sociais se consolidarem enquanto campo autônomo. Soares (2005) afirma que a precariedade da produção acadêmica nacional se deve muito à ausência do ensino de métodos e técnicas de pesquisa. Deficiência essa existente na formação dos estudantes de graduação e, principalmente, na pós-graduação.

Se fizermos um levantamento superficial das matérias oferecidas nas pós-graduações em Sociologia das dez principais instituições brasileiras, ficará constatado que a exigência e o rigor metodológico cobrado na formação do pesquisador não é uma questão de prioridade em grande maioria das universidades. Das dez instituições verificadas, apenas duas, Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) se destacaram quanto ao quesito metodológico, seja ele quantitativo ou qualitativo.

Se usarmos essas duas instituições como parâmetro de referência de qualidade no ensino da metodologia, as outras deixam muito a desejar. Das cinco matérias obrigatórias do mestrado da UFMG, apenas duas são de teor teórico: Teoria Sociológica I e Teoria Sociológica II, enquanto três disciplinas são do campo metodológico: **Metodologia I: problema de pesquisa, Metodologia II: coleta e análise de dados quantitativos, Metodologia III: coleta e análise de dados qualitativos.**

A outra instituição que teve destaque de forma semelhante à UFMG foi a Universidade Federal de Pernambuco, que, das cinco matérias obrigatórias, uma é teórica (Teoria sociológica) e três são metodológicas (**Métodos e técnicas de pesquisa social I, Métodos quantitativos em pesquisa social, Métodos qualitativos em pesquisa social**).

É importante perceber que as duas instituições prezam igualmente pelas duas orientações metodológicas. Em ambas as instituições, tanto a pesquisa quantitativa quanto a pesquisa qualitativa possuem igual relevância e importâncias distintas. Os dois paradigmas recebem o mesmo peso de autoridade e valor no campo da pesquisa. É um equívoco negligenciar as duas orientações e um equívoco maior ainda acreditar que elas não devam andar juntas e se complementarem.

Cabe destacar que mesmo com o aumento significativo dos programas de pós-graduação entre o período de 1998 a 2012, não houve aumento satisfatório das disciplinas de metodologia se comparadas às instituições norte americanas e européias. Mesmo não sendo exemplar quanto à oferta de disciplinas metodológicas, nos EUA 60% dos cursos de bacharel exigem uma formação sobre métodos e 78% dos programas de mestrado cobram essa formação do cientista. Quando extrapolamos essa comparação para as referências em metodologia da Europa, a sobreposição fica mais disparada ainda. Países como a Holanda exigem formação metodológica em 100% dos cursos, Suécia (79%) e Noruega (67%).

No diagnóstico feito por Barberia, Godoy e Barbosa (2014), em média, os oito programas existentes em 1998 (IUPERJ/UCAM, UFF, UFMG, UFPE, UFRGS, UNB, UNICAMP e USP) ofereciam um total de 12,4 disciplinas, das quais uma média de 1,5 era de metodologia. Em 2012, último ano da série, a grade curricular dos já quinze programas (com a inclusão de FUFPI, UFPA, UFSCAR, UFPR, UERJ, UFPEL e UFG) possuía, em

média, 14,5 disciplinas, das quais 1,67 eram de metodologia. (BARBOZA, 2014). (Gráfico 4)

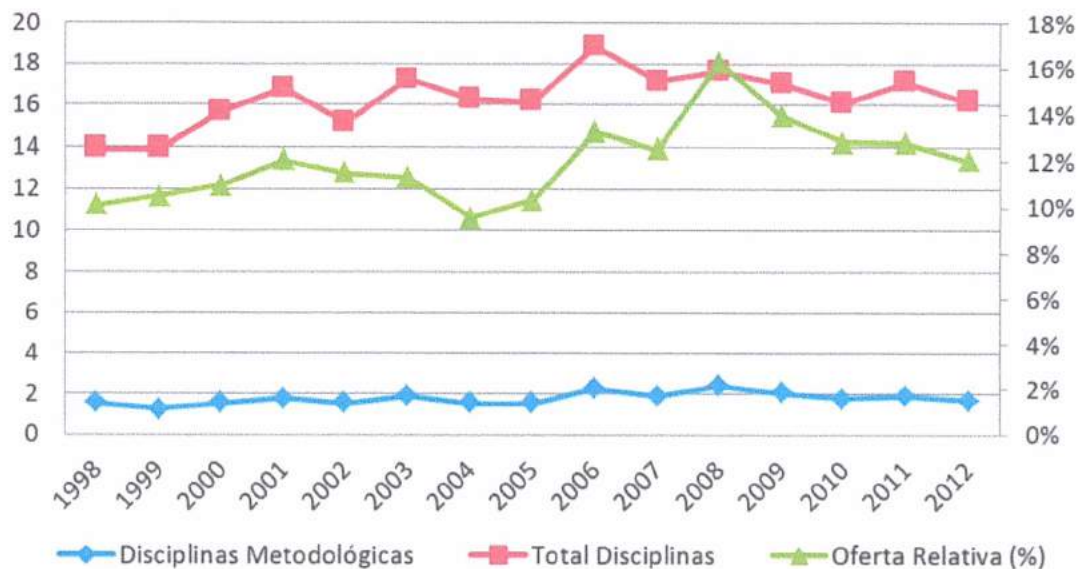


Gráfico 4 – Média de disciplinas oferecidas no período de 1998 a 2012 (Mestrado em Ciência Política)

Fonte: BARBOSA; BARBERIA; GODOY 2014, p.170

Mesmo com esse incômodo cenário vivido pelas Ciências Sociais no Brasil, de acordo com a literatura analisada por Barboza (Altman 2005, 2012; Fuentes e Santana 2005; Leiras et al. 2005, 2015; Loeza 2005; Neto e Santos 2005),

a Ciência Política se encontra em fase de profissionalização em grande parte dos países latino-americanos, talvez à exceção de Argentina, Brasil e México, nos quais já se verifica algum avanço no sentido da autonomização e profissionalização do campo. A conclusão geral à qual chegam esses autores é a de que há espaço para avanços significativos em todos os países da região, no sentido de alcançar padrões mais elevados de produção científica. (BARBOZA, 2014, pg 177)

6. Quadro profissional

As Ciências Sociais, assim como qualquer outra área, disputam espaço com seus “vizinhos”. Em termos concretos, disputam vagas no mercado de trabalho, formas específicas de abordar realidades que qualificam mais profissionais de uma área que de outra. Disputa-se, também, a regulamentação do monopólio do exercício da atividade profissional dentro das exigências desse ofício.

As competições com estatísticos, administradores e psicólogos nas atividades de pesquisa de mercado; os embates com os advogados e com os economistas em atividades de cunho mais político, como as assessorias a órgãos públicos, com a disputa entre os enfoques que priorizam os aspectos sociais e os que enfatizam as questões técnicas e jurisdicionais; os conflitos com os assistentes sociais nas atividades voltadas para a intervenção social. A esses tipos de relação denominaremos competição interprofissional. (BONELLI, 1993, p.8)

Ao contrário de outros ramos de ensino superior, em Ciências Sociais, o estudante é formado quase exclusivamente por pessoas que partilham apenas um dos espaços de atividade: o magistério superior e a pesquisa acadêmica. Assim, é fácil passar-lhe uma definição de cientista social que aponta para uma ideia de trabalho intelectual muito impregnada dos maneirismos, das exigências e das recompensas das hierarquias universitárias e da cultura acadêmica. (DURAND, 1984).

Apesar de boa parte dos estudos a respeito da inserção do cientista social no mercado de trabalho destacar os diversos avanços ocorridos nos últimos anos e apontarem para ampliação da área de atuação dessa classe, a precariedade profissional dos graduados em Ciências Sociais é um ponto que recebe bastante destaque nessas publicações. (Bonelli, 1993)

De acordo com um levantamento feito pela socióloga **Maria da Gloria Bonelli (1993)**, a respeito da ocupação dos graduados em Ciências Sociais no Brasil, especificamente os membros da ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo), 33% do total dos Cientistas Sociais seguem a carreira de ensino, seja no ensino superior ou ensino médio, enquanto os membros da American Sociology Association (ASA) menos de 1% ocupam estes postos. (**Tabela 3**). Apesar de a pesquisa ter mais de 20 anos, em outro levantamento mais recente, Eugênio Carlos Ferreira (**Tabela 4**) fez uma comparação entre as categorias de

ocupação dos egressos em Cientistas Sociais no período de 1970 a 2005 que se aproxima muito da pesquisa realizada pela Bonelli.

No levantamento feito pela professora foi diagnosticado que o número de profissionais envolvidos com pesquisa é relativamente baixo se comparado ao quadro da Associação Americana. **Bonelli (1993)** detectou que, dentre os egressos de Ciências Sociais do Estado de São Paulo, boa parte desses profissionais ocupavam posições de diversas outras áreas (muitas delas com pouca relação com as Ciências Sociais) e um contingente considerável de titulados desempregados. (**TORINI, 2012, p.52**)

Segundo **Bonelli (1993)**, os números que expõem o quadro profissional dos cientistas sociais geram uma percepção de crise na profissão. Os dados refletem o panorama a respeito da profissionalização da disciplina de Ciências Sociais no Brasil. Se considerarmos o conjunto dos números, confirmaremos o acerto **parsoniano** (1959) de que a sociologia é, na América, preferencialmente uma disciplina acadêmica pouco voltada para a área aplicada.

Isso, em si, não é o problema. A questão é que esse quadro demonstra que a ocupação pelo profissional das ciências sociais no setor do ensino é muito grande, ou seja, os setores que não o acadêmico são pouco preenchidos por nós. Não ocupamos a posição que, tecnicamente, é nossa, principalmente a área que envolve pesquisa. **Bonelli (1993)** destaca que um contingente expressivo de formados exerce atividades não vinculadas diretamente com a titulação obtida. Desempenham funções burocráticas e administrativas que, a princípio, não requerem a especialização adquirida com o diploma superior.

O mesmo diagnóstico foi realizado por **Schwartzman (1995)**. O autor indicou que os cientistas sociais formados na USP se encaixaram profissionalmente em uma grande variedade de atividades dentro do mercado de trabalho (concentraram-se em órgãos governamentais estaduais e municipais). Ele ressalta que somente 25% dos ocupados avaliaram que sua função tinha relação forte com o curso superior e que metade não via relação alguma com o curso de Ciências Sociais.

A atividade docente ocupa 22% dos cientistas sociais ativos [...], sendo que esta percentagem aumenta para 24,7% entre os que passaram ou estão cursando a pós-graduação. Quinze desses 22% ensinam em escolas de primeiro e segundo graus, e os demais no ensino superior. Como não existem disciplinas de primeiro e segundo graus que requerem Licenciatura em Ciências Sociais, isto significa que este grupo trabalha em função de

outras qualificações. O setor empregador que mais concentra cientistas sociais (34%) é o representado pelos governos estadual e municipal, que reúne tanto as principais universidades como a rede de escolas públicas e a administração direta e indireta da prefeitura da capital e do governo estadual (SCHWARTZMAN, 1995, p. 77).

A pergunta que o professor Jaime Fonseca (2008, p.5) faz é a seguinte: “Qual o nível de métodos quantitativos para o qual os alunos licenciados em ciências sociais devem ser preparados, para serem competitivos, na academia ou no mercado de trabalho?”.

Segundo Bonelli:

A fraqueza das Ciências Sociais se manifesta nas suas perdas de domínio sobre campos de atuação em disputa. Ela perdeu para os cursos de Administração, o objetivo de formar técnicos competentes para o setor privado e o público. Perdeu para os cursos de Comunicação, a jurisdição da área para atuar e formar profissionais para a imprensa. (Bonelli 1993, p.49)

A atuação profissional fora do ambiente universitário bate de frente com a autolimitação que o próprio cientista social impõe o que, por consequência, gera um vácuo no mercado que é ocupado por economistas, por engenheiros ou arquitetos em temas urbanos, por epidemiologistas em temas de saúde e por outros profissionais com menos preconceitos metodológicos (CANO, 2012, p. 117).

Mesmo não sendo o foco do trabalho, cabe aqui a seguinte observação: A situação de desvantagem das Ciências Sociais frente aos outros cursos universitários já se principia “com o conseqüente afastamento dos candidatos melhor preparados” (PESSANHA, 1995, p. 16). Segundo Schwartzman (1995, p. 61), os estudantes de Ciências Sociais não procuram este curso por razões profissionais claras, mas buscam “cultura geral” ou “vocação”.

Considerando esse quadro desfavorável, se complementa a ele a fragilidade do ensino das Ciências Sociais voltada para o treinamento de pesquisadores e Cientistas Sociais propriamente ditos, capazes de concorrer interprofissionalmente com as disciplinas que disputam espaço na fronteira das atribuições profissionais.

Schwartzman (1995, p. 77,78) afirma que as preocupações e queixas de seus entrevistados quanto ao “pouco apoio da universidade para a profissionalização dos alunos”, à percepção de que ela “não desenvolve aptidões necessárias ao trabalho em organizações complexas” e a conclusão de que a formação “muito teórica” dada pelo curso “não encontra aplicações”.

Membros da ASA

Posição Ocupada	PhD	MA
Empregados Gov. federal.	20.8	21.7
Diretor/Chefe/Coordenador	5.2	3,8
Estatístico	2.4	0.0
Estatístico/Deiioógrafo	1.7	3.0
Sociólogo/Cientista Social **	2.4	3.0
Pesquisador	2.7	3.2
Analista/especialista	1.2	4.6
Empregados Gov. Estaduais	10.1	14.8
Diretor/Chefe/Coordenador	3.3	2.9
Cientista Social **	1.1	1.7
Pesquisador	0.5	3.4
Analista/Especialista	1.5	3.0
Empregados Gov. Locais	4,6	9,3
Diretor/chefe/Coordenador	1.0	2.3
Pesquisador	0.7	3,8
Analista/Especialista	0.9	1.1
Justiça Criminal	0	1.1
Conta-própria	12	9,7
Consultor	5,5	2,7
Clínico/Psicoterapeuta	2,3	1,5
Autor/Escritor/Editor	0,8	1,3
Empregados Setor Privado	21.2	18.6
Presidente	1.5	0.8
Vice-Presidente	1.6	1.2
Diretor/Gerente/Supervisor	5.1	3.9
Gerente/Coordenador/Diretor Projeto	0.8	1.7
Consultor sênior/consultor da Gerência	1.2	1.0
Cientista Social/Sociólogo	2.0	1.0
Pesquisador	3,4	3,4
Analista/Especialista	1,4	2,3
Editor	0,4	1,5
Empregados Setor NGSFL *	31.2	25.7
Presidente	1.0	0.4
Vice-Presidente	0.9	0,4
Diretor Executivo	1.1	0.3
Diretor/Coordenador/Chefe	4,9	4,0
Diretor de Pesquisa	3,6	1,3
Diretor Assistente/Associado	1,5	1,9
Cientista Social/Sociólogo **	4,5	1,9
Diretor de projeto	1,8	0,6
Pesquisador	8,9	6,1
Analista/Especialista	1,2	1,9
Clínico/Assistente Social	0,5	1,7
TOTAL (número de casos)	100.0 (910)	100.0 (525)

Membros da ASESP

Classes/Ramos	
Ensino	33,3
Estabelecimentos de ensino superior	15,7
Escolas de 1º e 2º grau	9,6
Administração estadual direta	8
(governo e secretarias)	6,2
Administração municipal direta	6,2
(prefeitura e secretarias)	4,7
Administração estadual indireta	4,7
(empresas, autarquias e fundações)	8,7
Indústrias de construção, transformação e extração	4,8
Assistência/beneficência comunitária e social	3,9
(Sese, Sesi, etc.)	21,2
Instituições científicas e tecnológicas	3,8
Bancos/instituições de crédito/seguro/capitalização	2,7
Empresas publicidade/propaganda/pesquisa de mercado	2,6
Administração federal indireta	2,3
Imprensa/rádio/TV/difusão bibliog./editora/gráfica	2,1
Previdência social (Inps, lapas, etc)	2,1
Serviços industriais de utilidade pública	2,1
Administração municipal indireta	2
Serviço técnicos-profissionais de assessoria/	1,5
consultoria/pesquisa/análise/proces. de dados	7,8
Servs. técnicos-profissionais de engenharia/arquit.	1
Comércio	0,9
Serviços administrativos de imóveis/valores imobiliários e locação de mão-de-obra	0,9
Serviços de transporte	0,8
Sindicatos e associações de classe	0,8
Estabelecimentos de serviços médicos, odontológicos e psicológicos	0,7
Poder legislativo	0,6
Poder Judiciário	0,5
Instituições filosóficas/culturais e organizações	0,4
cívicas e políticas	0,6
Correios/telégrafos/telecomunicações	0,3
Estabelecimentos de ensino complementar	0,3
(línguas, pré-escola)	1,4
Administração federal direta	0,3
Estab. serviços de tradução/reprodução/documentação	0,2
Estab. serviços de decoração/pintura/escultura	0,2
Cinema, teatro, diversões e espetáculos	0,2
Estab. serviços de contabilidade e auditoria	0,1
Estabelecimentos de serviços jurídicos	0,1
Prestação de serviços pessoais/domiciliares/de reparação e conservação	0,1
Organiz. internac. e representações estrangeiras	0,1
Defesa nacional e segurança pública	0,1
Sem atividade	17,4
TOTAL	100

Tabela 3 – Comparação entre ASESP e ASA
Fonte: BONELLI, 1993

Ocupação Atual (em %)		Áreas (em %)	
Professores universitários	21,9	Ensino	27,4
Professores de ensino infantil, fundamental e médio	3,9	Área pública	15,1
Técnicos especializados na área pública	6,6	Pesquisadores e bolsistas	12
Assessores políticos ou parlamentares	1	Outras profissões e formações	12,6
Técnicos especializados e outros quadros em empresas	2,6	Outras carreiras fora da área pública	8
Desempregados	1,8	Vendas, serviços e outras atividades	8,5

Tabela 4 – Categorias na Ocupação Atual dos Cientistas Sociais no período de 1970 a 2005 (n = 230)
Fonte: Ferreira, 2011

Levando em conta que existe uma fronteira disputada entre as profissões, as Ciências Sociais também concorrem por objetos, áreas de atuação, monopólio de poder, prestígio e posição na hierarquia posicional dentro do mercado de trabalho (BONELLI, 1993, p.35). Devemos ter em mente, que sem uma ancoragem firme dentro das instituições universitárias, as ciências sociais perdem nas solicitações e oscilações da moda; mas sem um devido reconhecimento e atuação fora do campo educacional, corremos o risco de nos esgotarmos na esterilidade da rotina pedagógica do dia a dia. (SHUWARTZMAN, 1990, p.9).

Segundo Bonelli (1993, p. 46), as Ciências Sociais, sob o prisma da competição interprofissional, têm, simultaneamente, perdido alguns campos e conquistados outros. Ao mesmo tempo em que há um espaço a ser ocupado no sistema das profissões, há profissionais participando da construção e da disputa pelo novo campo. Esta foi a origem da profissão, como também da sua expansão para a pesquisa de mercado, para o planejamento urbano, para as diversas áreas das políticas públicas e, recentemente, para a ecologia.

O que os autores estão dizendo é que não se trata de abandonar o papel importante feito na academia em nome de um enfoque mais “científico”, mas sim de tentar desempenhar esse papel de forma cada vez melhor, ao mesmo tempo em que se tenta ampliar as bases de profissionalização das Ciências Sociais, de tal maneira que haja espaço para outros papéis e outras questões, de natureza mais técnica e especializada (SHWARTZMAN, 1990, p.10).

7. Conclusão

Em *Science in Action*, Bruno Latour (1987, p.150) cria um personagem de nome João Dellacruz, que, graças a uma parceria entre militares, indústria e universidade, trabalhou durante anos no desenvolvimento de um novo microprocessador eletrônico.

Por um ano ou dois eles acreditavam que seriam o centro de um grande movimento nacionalista de criação de um computador 100% brasileiro. Sua oficina seria o ponto de passagem obrigatório para técnicos, estudantes, militares e especialistas em eletrônica da indústria. 'Quem controla os microprocessadores', dizia, 'reinará na indústria de computadores'. Infelizmente, eles eram os únicos que estavam convencidos desta ordem de prioridades. Os militares vacilaram, e nenhuma limitação foi imposta à importação de microprocessadores – mas somente à importação de computadores. O laboratório de João deixou de ser o centro de um possível empreendimento industrial. (SHUWARTZMAN, 1990, p. 14).

As fábricas de computadores importam componentes do Japão, e seus colegas de especialidade em outras partes do mundo estão dez anos e muitos milhões de dólares à sua frente. Sem estímulos, sua tese ficou sem concluir, seus projetos de pesquisa não conseguem financiamento, e Japão vai pouco a pouco abandonando suas atividades de pesquisa. "Seus papers são cada vez menos técnicos – agora ele só escreve para revistas de divulgação, e seus argumentos são cada vez mais débeis – e evita discussões com especialistas do exterior" (SHUWARTZMAN, 1990, p. 15).

Enfim, segundo Shuwartzman (1990), as Ciências Sociais brasileiras, se não assumirem papéis socialmente significativos, terão um destino parecido com o de João Dellacruz.

Só faz sentido, me parece discutir que metodologias vão utilizar, se as teorias da "rational choice" dão ou não conta dos comportamentos eleitorais, ou se a hermenêutica ilumina o (con)texto do discurso, se pudermos fazê-lo em tendo em vista a questão dos lugares e papéis que a ciências sociais deverão e poderão ocupar em nossa sociedade. As disputas acadêmicas que às vezes surgem em nosso meio, quando não são meros exercícios de floreio verbal, refletem maneiras contrastantes de entender estes papéis, e de como levá-los adiante (SHUWARTZMAN, 1990, pg. 16).

Para Latour, se o trabalho de João se tornasse mais relevante para a sociedade ele terminaria sua tese, teria mais estímulos e recursos para aperfeiçoar seus microprocessadores, teria colegas com quem conversar e trocar experiências e informações, e seu trabalho se tornaria cada vez mais técnico, especializado e incompreensível para os leigos. (SHUWARTZMAN, 1990, p.16)

Assim como a relevância profissional e técnica de João não interessam para o mercado de trabalho, a formação do Cientista Social, carregado de maneirismos não técnicos, não consegue se consolidar enquanto profissão de extrema relevância no mercado de trabalho.

Pode-se concluir que, apesar das conquistas alcançadas pelas Ciências Sociais, o ensino dessa disciplina, seja na graduação ou Pós Graduação, não contribui para formação especializada do profissional da área. Ao mesmo tempo em que o cientista social deve muito dentro do campo prático, é ele que mais pode contribuir para o social. Os trabalhos produzidos por cientistas sociais não podem ser apenas elogiados e apreciados, mas, sim, reconhecidos pela sua importância enquanto trabalhos especializados e com o “fator de impacto” relevante dentro dos ditames sociais. Só assim para que algo que mereça o nome de Ciência Sociais possa existir e disputar espaço de igual pra igual com profissões já consolidadas no mercado de trabalho (SCHWARTZMAN, 1990, p.17).

A independência e sobrevivência em ambiente extra universitário impõem outra dinâmica ao processo de profissionalização do cientista social. Ao contrário disso estimula-se uma relação ambivalente dentro da própria disciplina. De um lado, desenvolve-se uma formação minoritária baseada em ferramentas técnicas e, de outro, uma construção profissional teórica que, além de se privar de outras metodologias, considera o “sucesso profissional fora da universidade como desvio, pela sua tendência em imiscuir-se com o poder institucionalizado” (BRAGA, 2009, p.165).

E assim, nesse contexto que desconhece as habilidades dos cientistas sociais enquanto profissionais – talvez nem os próprios saibam muito bem – limitam-se à categoria de cientistas sociais não cientistas, mas que precisam fazer ciência e, portanto, em grande parte dos casos, apropriam-se mais da estatística que das ciências sociais (BRAGA, 2009, p.165).

Se não nos preocuparmos em diversificar e expandir nosso conhecimento para além do campo teórico, além de perdermos espaço para outros profissionais, as questões sociais que

merecem atenção ficarão a mercê de um corpo técnico predominantemente quantitativo e sem a visão de mundo do cientista social. Ou seja, é extremamente necessário abrigar e estimular competências operatórias e técnicas sem perder em pensamento crítico e em reflexão teórica (BRAGA, 2009, p.165), isto é, formar um profissional visando a demanda do mercado de trabalho sem abrir mão do que já fazemos muito bem, que é estimular o senso crítico norteado por excelentes referenciais teóricos.

8. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. H. T.; SORJ, B.** Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983. 261p.
- BARBATO JR, Roberto** . Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004. v. 01. 218p
- BARBERIA L. G.; GODOY, S. R.; BARBOZA, D. P.** Novas Perspectivas sobre o 'Calcanhar Metodológico': O Ensino de Métodos de Pesquisa em Ciência Política no Brasil. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 22, p. 156-184, 2014.
- BONELLI, M. G.** As Ciências Sociais No Sistema Profissional Brasileiro. BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRAFICO DE CIENCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro, v. 36, n.2 SEMESTRE, p. 31-62, 1993.
- BONELLI, M. G.; DONATONI, S.** Os Estudos Sobre Profissões Nas Ciências Sociais Brasileiras. REVISTA BRASILEIRA DE INFORMACAO BIBLIOGRAFICA EM CIENCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro, v. 41, n.1 SEMESTRE, p. 109-142, 1996.
- BRAGA, E. C. F.** Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa. Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 14, p. 141-167, 2009.
- _____. Ciências Sociais e o Mercado da Pesquisa: Questões de Sociologia dos Cientistas Sociais
- _____. Novos elementos para uma sociologia dos cientistas sociais: a situação ocupacional dos egressos. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 26, p. 103-122, 2011.
- CANO, Ignácio.** Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 94-119, 2012.

- CERVI, E. U.** Métodos quantitativos nas ciências sociais. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. (Org.). Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas. 1ed. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009, v. 1, p. 125-144.
- DAHRENDORF, R.** Sociedad y Sociologia: la ilustracion aplicada. Tradução por Jose Belloch Zimmermann. Madrid, Editorial Tecnos, 1966
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A.** Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. RIC@. Revista interdisciplinar científica aplicada, v. 2, p. 1-15, 2008.
- DURAND, J. C.** A mal assumida profissão de sociólogo. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, p. 76-78, 1984.
- FONSECA, J. R. S.** (2008), os métodos quantitativos na sociologia: Dificuldades de uma Metodologia investigativa.
- KIRSCHBAUM, C.** Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 28, p. 179-193, 2013.
- Latour, Bruno.** Science in Action, Cambridge: Harvard University Press, 1987. 274 p
- MOREIRA, M. S.** O debate teórico-metodológico na ciência política e no pensamento social e político brasileiro. Teoria & Pesquisa Revista de Ciências Sociais, v. 21, p. 73-89, 2012.
- OLIVEIRA, L. L.** Nós e eles; relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006. 156p .
- OLIVEIRA, L.; NICOLAU, J.** A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos (1966-2013). In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília/DF. Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.
- PERES, P. S.; LENINE, E. ; MORSCHBACHER, M.** Pluralismo ou Dogmatismo? Os Paradigmas e Métodos Predominantes nas Revistas da APSA. In: IXº

Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília.
IX° Encontro da ABcP. Brasília: ABCP, 2014

- REIS, F. W.** Avaliação das Ciências Sociais. In: Simon Schwartzman. (Org.). *Ciência e Tecnologia no Brasil*. 1a.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, v. , p. -.
- SOARES, G. A. D.** O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, v. II, n.48, p. 27-52, 2005.
- Estudos Históricos. depoiment. [julho-dezembro de 2008]. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, p. 323-349. Entrevista concedida a Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo
- SEGATTO, J. A.; BARIANI JUNIOR, E.** As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. *Em Pauta (Rio De Janeiro)*, v. 7, p. 201-213, 2010.
- SCHWARTZMAN, S.** As Ciências Sociais no Brasil nos Anos 90. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n.6, p. 51-60, 1991.
- Paradigma e Espaço das ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n.2 julho, p. 29-35, 1987.
- A Pesquisa Científica e o Interesse Público. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 361-395, 2002.
- TORINI, D. M.** Formação e identidade profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais, Ano de Obtenção: 2012. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Tese (Mestrado em Sociologia) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
- VALLE SILVA, N.** Relatório de Consultoria sobre Melhoria do Treinamento em Ciência Social Quantitativa e Aplicada no Brasil, Rio de Janeiro, Laboratório Nacional de Computação Científica, 15 de Abril de 1999.
- VELHO, Otávio; VELHO, O. .** Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In: **BERNARDO SORJ E MARIA HERMINIA T. DE ALMEIDA (ORGS.)**.

(Org.). SOCIEDADE E POLITICA NO BRASIL POS - 64.. SAO PAULO: EDITORA BRASILIENSE, 1983, v. , p. 0240-0261.

VIANNA, L. W. , e outros. “Doutores e teses em ciências sociais”, Dados, 41 (3), pp. 453-515, 1998.

VIJVERBERG, Wim P. M. The Quantitative Methods Component in Social Sciences Curricula in View of Journal Content, Journal of Policy Analysis and Management 16, 621-629, 1997.